

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

ELVIRA SAMARA ALMEIDA FELÍCIO

**PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JOÃO PESSOA (2015-2025)
PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:
Algumas análises do plano vigente e de sua aplicação**

João Pessoa – PB
2018

ELVIRA SAMARA ALMEIDA FELÍCIO

**PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JOÃO PESSOA (2015-2025)
PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:
Algumas análises do plano vigente e de sua aplicação**

Monografia apresentada ao Centro de Educação, como parte das exigências do Curso de Graduação em Pedagogia, da Universidade Federal da Paraíba.

Orientadora: Prof^aDr^aQuézia Vila Flor Furtado

João Pessoa - PB
2018

Catálogo na publicação

Seção de Catálogo e Classificação

F314p Felício, Elvira Samara Almeida.

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JOÃO PESSOA (2015-2025)
PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: Algumas análises
do plano vigente e de sua aplicação / Elvira Samara
Almeida Felício. - João Pessoa, 2018.

51 f. : il.

Orientação: Quézia Vila Flor Furtado.
Monografia (Graduação) - UFPB/CE.

1. PNE, PME, EJA, Educação, Execução do Plano. I.
Furtado, Quézia Vila Flor. II. Título.

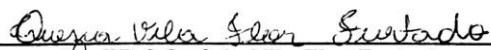
UFPB/BC

ELVIRA SAMARA ALMEIDA FELÍCIO

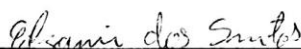
**PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JOÃO PESSOA (2015-2025)
PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:
Uma análise do plano vigente e de sua aplicação**

Aprovado em: 05/11/2018


Nota: 30,0



**Profª Drª Quézia Vila Flor Furtado
Universidade Federal da Paraíba
Orientadora**



**Profª Drª Elzanir dos Santos
Universidade Federal da Paraíba
Examinadora**



**Profª Isolda Ayres Viana Ramos
Universidade Federal da Paraíba
Examinadora**

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado saúde e paciência para concluir este trabalho, e superar as dificuldades encontradas no decorrer do curso.

A Universidade Federal da Paraíba, seu corpo docente, direção e administração, que me oportunizaram fazer o curso, com ética e profissionalismo.

A minha professora e orientadora Dr^aQuézia Vila Flor, pelo suporte, paciência, confiança e incentivo no decorrer deste trabalho. A influência de bons professores, ninguém consegue apagar, e sem dúvidas seus ensinamentos e ética me inspirarão por toda vida.

Agradeço a minha mãe Diana Elusa Almeida Felício, que sempre me incentivou nas horas difíceis, desanimo e cansaço, e nunca me deixou desistir. Ao meu pai Geraldo Claudino, por me ajudar nas dificuldades. A minha família, amigos e colegas, pelo incentivo e pelo apoio constante.

“Educação não transforma o mundo.
Educação muda as pessoas. Pessoas
transformam o mundo.”

Paulo Freire

RESUMO

Os planos educacionais têm como função traçar objetivos a serem alcançados por Governos, Estados e Municípios, a fim de garantir a melhoria da educação, e superar a improvisação e o espontaneísmo. Os planos educacionais propõem metas para todas as modalidades de ensino, incluindo a EJA (Educação de Jovens e Adultos), tema central deste trabalho. Sendo assim, este trabalho tem como objetivo analisar o Plano Municipal de Educação de João Pessoa 2015-2025 para a modalidade da EJA e sua execução. Os fundamentos teóricos da pesquisa contemplam o contexto histórico dos planos nacionais de educação, a organização do sistema de ensino no Brasil, e o contexto histórico da EJA, utilizando como aporte teórico Saviani (2010), Di Pierro (2005), Bordignon (2009) e Paulo Freire (1998). A metodologia utilizada nesta pesquisa é de caráter qualitativo e documental, utilizando como instrumento o questionário, como fonte de pesquisa realizada com o coordenador da EJA do município de João Pessoa. As análises das respostas do coordenador revelam que mesmo depois de 3 anos de vigência do plano, ainda não há sua efetivação do plano no município, resultando assim poucas estratégias que de fato estão sendo aplicadas. Porém as estratégias que foram alcançadas contribuem para a confirmação da importância e relevância do plano. E como o município de João Pessoa não está realizando o monitoramento da implementação do plano, as metas e estratégias que não estão sendo executadas ficam sem um acompanhamento para poderem ser cumpridas.

Palavras-chaves: PNE, PME, EJA, Educação, Execução do Plano.

ABSTRACT

The educational plans are designed to set goals to be achieved by federal, state and municipal governments, in order to ensure the improvement of education, and to overcome improvisation and spontaneity. The educational plans propose goals for all types of education, including the EJA (Youth and Adult Education), the central theme of this work. Therefore, this study aims to analyze the João Pessoa Municipal Education Plan 2015-2025 for the modality of the EJA and its execution. The theoretical basis of the research contemplates the historical context of the national education plans, the organization of the education system in Brazil, and the historical context of the EJA, referring to authors Saviani (2010), Di Pierro (2005), Bordinon and Paulo Freire (1998). The methodology used in this research is qualitative and documentary, with a questionnaire that was carried out with the EJA coordinator of the city of João Pessoa employed as a source of research. The analysis of the responses made in the questionnaire reveals that even after 3 years of validity of the plan, there is still no effective implementation of the municipality to put the plan into practice, resulting in few strategies that are actually being applied. These strategies that have been achieved, however, reaffirm the importance and relevance of the plan. And since the municipality of João Pessoa is not monitoring the progress of the plan, the goals and strategies that are not being executed are left without any planning to be fulfilled.

Keywords: National Education Plan, Municipal Education Plan, Youth and Adult Education, Education, Plan Execution.

LISTA DE SIGLAS

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CEE – Conselho Estadual de Educação

CF – Constituição Federal

CNE – Conselho Nacional de Educação

CONFINTEAs - Conferência Internacional de Educação de Adultos

DCNs – Diretrizes Curriculares Nacionais

EC – Emenda Constitucional

EJA – Educação de Jovens e Adultos

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC – Ministério da Educação

PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais

PEE – Plano Estadual de Educação

PME – Plano Municipal de Educação

Pnad - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNE - Plano Nacional de Educação

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. A ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NACIONAL	13
2.1 Sistema Nacional de Educação	13
2.2 Plano Nacional de Educação	18
2.3 Educação de Jovens e Adultos: avanços e desafios no PNE	25
3. PERCURSO METODOLÓGICO E CENÁRIO DE PESQUISA	31
4. PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO JP 2015-2025: METAS E ESTRATÉGIAS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	35
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS.....	46
APÊNDICE.....	49
APÊNDICE - A	50

1. INTRODUÇÃO

Em 2014 entrou em vigência o Plano Nacional de Educação 2014-2024 (PNE), Lei nº 13.005/2014, documento este que é mecanismo de planejamento do Estado que “orienta a execução e o aprimoramento de políticas públicas do setor” (PNE, 2014, p. 7). O PNE determina diretrizes, metas e estratégias a serem alcançadas nos setores da educação e tem tempo de vigência de dez anos, prazo este definido na Emenda Constitucional (EC) nº 59/2009.

O PNE tem metas e estratégias para a Educação Infantil, ensino básico e superior, e a previsão do seu financiamento e proposições para melhorar a educação no Brasil em todos os setores. Mas a modalidade que será foco deste trabalho é a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A EJA é uma modalidade de ensino do ensino fundamental e médio, destinada a jovens, adultos e idosos que não tiveram acesso à escola ou não concluíram seus estudos na idade, dita, apropriada. A história da EJA no Brasil é pautada por suas lutas, avanços e retrocessos para ser considerada uma modalidade de ensino e não apenas um plano emergencial. As primeiras ações dessa modalidade de ensino ocorreram no Brasil desde o período colonial, mas os debates acerca desta educação surgem apenas no período Vargas e se intensifica no período conhecido “de luzes” para educação (1959 a 1964) (HADDAD e DI PIERRO, 2000). Somente com a promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988, no art. 208, foi assegurado a todos o direito à educação sendo “dever do Estado à garantia do ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria” (BRASIL, 1988). Entretanto, foi apenas em 1996 que a EJA passou a ser finalmente considerada uma modalidade de ensino após a aprovação da Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) 9.394/96.

A partir de então a EJA obteve vários avanços, como a implementação de programas e projetos, e financiamento governamental para essa modalidade. Mesmo assim o índice de analfabetismo no país, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2018, de pessoas com 15 anos ou

mais é de 7% da população, ou seja, 11, 466 milhões de pessoas. Segundo Pnad 2018, organizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a Paraíba é o 4º estado do país com maior percentual de analfabetos, no total de 16,5% com idade acima de 15 anos. João Pessoa possui 5,7% de sua população com mais de 15 anos analfabetos, um grande percentual para uma capital, ainda que essa porcentagem tenha caído significativamente em comparação ao ano de 2000 que era de 12,3%.

Após estudar o PNE na disciplina de Educação de Jovens e Adultos em minha graduação e depois de assistir a uma matéria televisiva no Jornal Hoje, que abordava o número de pessoas analfabetas no Brasil com idade superior a 15 anos e questionava o fato do objetivo do PNE não estava sendo atingido, surgiu à inquietação para saber o que o coordenador da EJA do município de João Pessoa, setor responsável da Secretaria Municipal de Educação, esta efetivamente realizando para atingir os objetivos do PME 2015-2025 em relação à EJA, já que passaram-se três anos desde a promulgação do documento do PME. Nessa perspectiva, a problemática deste trabalho é responder à questão: como as metas e estratégias do PME de João Pessoa para a EJA estão sendo efetuadas e quais os desafios para o cumprimento das mesmas? Para responder essa problemática, o trabalho tem como objetivo geral analisar o Plano Municipal de Educação de João Pessoa 2015-2025 para a modalidade da EJA e sua execução. Como objetivos específicos identificar quais as metas e estratégias do Plano Municipal de Educação para a EJA; averiguar como está sendo a execução do PME de João Pessoa 2015-2025 para a EJA e refletir a importância do PME como garantia de direitos para o ensino público. Para isso, o trabalho está estruturado com base numa pesquisa de caráter qualitativo e documental, e para conseguir responder os objetivos foi utilizando de instrumento o questionário, como fonte de pesquisa realizada com o coordenador da EJA do município de João Pessoa.

2. A ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

O presente capítulo abordará quais as metas para a Educação de Jovens e Adultos no PME/JP e como está sendo sua aplicação. Diante disso, no decorrer do capítulo irei trazer aspectos do processo histórico do sistema de educação brasileira e suas contribuições para o desenvolvimento dos planos educacionais. Em seguida, irei abordar a EJA no processo histórico, suas conquistas e como essa modalidade encontra-se nas metas do PNE, PEE/PB e PME/JP.

2.1 Sistema Nacional de Educação

Para entendermos como foram organizadas e planejadas as metas do PME/JP 2015/2025 para a modalidade da EJA, precisamos entender que a criação dos planos de educação faz parte de uma conjuntura maior, o qual identificamos como Sistema Nacional de Educação.

O conceito de Sistema Nacional de Educação é expresso na CF de 1988 e na LDB de 1996. Segundo Saviani, o Sistema Nacional de Educação é “a unidade dos vários aspectos ou serviços educacionais mobilizados por determinado país, intencionalmente reunidos de modo a formar um conjunto coerente que opera eficazmente no processo de educação da população do referido país” (2010, p. 381), ou seja, é a maneira como se organiza a educação regular brasileira. A organização do sistema de educação se dá pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. São eles quem formula as leis da educação brasileira e repartem as responsabilidades com objetivo de “prover educação com o mesmo padrão de qualidade a toda a população” (SAVIANI, 2010, p. 386).

As leis principais que regulamentam o Sistema Nacional de Educação são a LDB, instituída pela Lei nº 9.394, de 1996, que estabelece as diretrizes e bases para a educação nacional, ou seja, sua finalidade, como se define a educação brasileira com base na CF/98 e a EC nº 59, de 2009, que retrata sobre a organização do sistema de ensino brasileiro e a responsabilidade e dever de cada ente federativo

sobre a mesma. As leis estaduais ou municipais sobre a educação devem ter por base e respeitar essas duas leis principais, como explica Saviani (2010, p. 386)

As normas básicas que regularão o funcionamento do sistema serão de responsabilidade da União, consubstanciadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e no Plano Nacional de Educação, traduzidas e especificadas pelas medidas estabelecidas no âmbito do Conselho Nacional de Educação. Os estados e o Distrito Federal poderão expedir legislação complementar, adequando as normas gerais a eventuais particularidades locais.

O Sistema Nacional de Educação divide a educação escolar brasileira em educação básica e educação superior, sendo a educação básica dividida em três etapas: o ensino infantil, ensino fundamental e ensino médio.

Em resumo, o conjunto da Educação Básica deve se constituir em um processo orgânico, sequencial e articulado, que assegure à criança, ao adolescente, ao jovem e ao adulto de qualquer condição e região do País a formação comum para o pleno exercício da cidadania, oferecendo as condições necessárias para o seu desenvolvimento integral. Estas são finalidades de todas as etapas constitutivas da Educação Básica, acrescentando-se os meios para que possa progredir no mundo do trabalho e acessar a Educação Superior. (MEC, 2013)

Segundo a LDB 9.394/96 e a EC nº 59/09, o ensino infantil e o fundamental serão de responsabilidade dos municípios, o ensino fundamental e médio serão de responsabilidade dos estados e do Distrito Federal. E o governo federal administrará o sistema de ensino superior, e prestará assistência técnica e financeira aos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Além da educação básica e superior, a educação formal também é composta pelas modalidades de ensino, são elas: Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional e Técnica, Educação Especial, Educação a Distância (EAD), Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, educação nos estabelecimentos penais e a Educação Quilombola.

As instituições de ensino podem ser administradas por iniciativas públicas, criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público e privadas, mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas.

Segundo a LDB 9.394/96 nos artigos 8º até o 20º, União, Estados, Distrito Federal e Municípios têm obrigações diferentes para o funcionamento do sistema de ensino. A União deverá elaborar o Plano Nacional de Educação; organizar, manter e

desenvolver os órgãos e instituições oficiais do sistema federal de ensino e o dos territórios; prestar assistência técnicas e financeiras aos Estados, distrito Federal e Municípios; estabelecer competências e diretrizes para a educação básica; estabelecer identificação, cadastramento e atendimento para pessoas com altas habilidades/superdotação; coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação; cuidar das informações sobre o andamento da educação nacional e disseminá-las; baixar normas gerais sobre cursos de graduação e pós-graduação; avaliar e credenciar as instituições de ensino superior.

Já os Estados têm responsabilidade de organizar, manter e desenvolver órgão e instituições dos seus sistemas de ensino; dividir em regime de colaboração com os municípios responsabilidades sobre o ensino fundamental; elaborar e executar políticas e os planos educacionais em conformidade aos planos nacionais de educação; autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar os cursos das instituições de educação superior dos estados; assegurar o ensino fundamental e ofertar, com prioridade o ensino médio; e assumir o transporte escolar dos alunos da rede estadual.

Os Municípios são responsáveis pelas instituições de ensino infantil e fundamental; organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados; autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino; oferecer educação infantil em creches e pré-escolas e assumir a responsabilidade de prover o transporte para os alunos da rede municipal. Os Municípios ainda poderão optar, por se integrar ao sistema estadual de ensino ou compor com ele um sistema único de educação básica.

Cabe, pois, a cada município decidir entre as três possibilidades previstas na LDB, a saber: a) instituir o próprio sistema de ensino; b) integrar-se ao sistema estadual de ensino; c) compor com o estado, no âmbito de seu território, um sistema único de educação básica. A opção a ser adotada deverá ser prevista no plano educacional do município ao mesmo tempo em que determinará a forma como será detalhado o referido plano educacional". (SAVIANI, 1999, p. 124 e 125)

O Distrito Federal tem dever iguais aos Estados e Municípios. Cada instituição de ensino pode definir sua própria forma de gestão, mas devem seguir as leis do Sistema Nacional de Educação.

As leis do Sistema Nacional de Educação encontram-se tanto na LDB 9.394/96 quanto na EC nº 59/09, mas até o momento não existe um modelo de sistema, pois o sistema de educação no Brasil é algo muito complexo, já que as áreas sociais, geográficas, econômicas e culturais interferem na estrutura da educação, e a educação no Brasil não é feita de forma hierarquizada, pois cada Estado e Municípios têm seus próprios sistemas. Então a proposta de organizar um sistema de educação ainda está sendo discutida até os dias atuais, mas enfrentam desafios como a fragmentação das políticas públicas e a segmentação dos sistemas de ensino entre si. Entretanto, para subsidiar a educação, existem propostas e diretrizes que servem como base para a organização dos currículos escolares.

Além da LDB 9.394/96 e a EC nº 59/09, o Ministério da Educação (MEC) atualizou em 2013, devido à Reforma do Ensino Médio (lei 13.415), as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (DCNs), que são normas obrigatórias para a Educação Básica que norteiam o planejamento curricular das escolas e dos sistemas de ensino. As diretrizes propõem “promover a equidade de aprendizagem, garantindo que conteúdos básicos sejam ensinados para todos os alunos, sem deixar de levar em consideração os diversos contextos nos quais eles estão inseridos” (Todos Pela Educação, 2018). As DCNs têm origem na LDB e são discutidas, concebidas e fixadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). O CNE foi criado pela lei 9.131/95, e é um órgão colegiado, ou seja, tem representação diversa, e suas decisões são tomadas em grupo. O intuito do CNE é assegurar a participação da sociedade no desenvolvimento e da educação, além de formular e avaliar as políticas educacionais. É um “conjunto de definições doutrinárias sobre princípios, fundamentos e procedimentos na Educação Básica que orientam as escolas na organização, articulação, desenvolvimento e avaliação de suas propostas pedagógicas” (MEC, 2018).

Já os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), elaborada em 1997, também servem como auxílio para a elaboração dos planos curriculares, mas não são obrigatórios como acontece com os DCNs, são recomendações para escolas e professores seguirem contendo orientações e referências curriculares. Contém diretrizes separadas por disciplinas para cada ano escolar e para o ensino fundamental e médio.

Os PCNs foram elaborados pelo MEC, mas com a participação de profissionais da área da educação de diversas regiões do país. Na elaboração

dos parâmetros, o MEC realizou conferências regionais para ouvir a participação dos docentes, educadores, professores de universidades públicas e privadas, técnicos das secretarias de educação tanto estaduais como municipais.

O último documento criado para a melhoria da educação no Brasil foi a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A BNCC para a educação infantil e ensino fundamental foi aprovada e homologada em 2017, e a do ensino médio ainda passa pelo processo de criação. A BNCC é um “documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica” (MEC, 2018), promovendo assim a garantia de uma educação com equidade da aprendizagem com a definição das habilidades e competências que cada aluno deverá ter em cada ano da educação básica. Os PCNs e a BNCC são parecidos como forma de proposta, sendo a BNCC de caráter obrigatório e mais específico, pois define competências e habilidades essenciais que devem ser alcançadas pelos alunos. O que gerou preocupação para os educadores foi à falta de diretrizes na BNCC para a EJA, que assim como outras modalidades, terá como referência para a elaboração do seu currículo a base nacional. As adaptações ficam a cargo dos estados e municípios.

O documento da BNCC foi elaborado por alguns profissionais da educação escolhidos pelo MEC e por meio de consulta pública através do Portal do BNCC e por Seminários Estaduais, feito em cada ente federativo, para ouvir professores, alunos, especialistas em educação, coordenadores e instituições para a melhoria do documento.

O Sistema Nacional de Educação existe para organizar a educação no Brasil, mas para que esse sistema obtivesse resultados de forma a garantir a melhoria da qualidade da educação, criou-se o PNE, como explica Saviani (2010, p. 389)

...para que o sistema permaneça vivo e não degenere em simples estrutura, burocratizando-se, é necessário manter continuamente, em termos coletivos, a intencionalidade das ações, [...] E o plano educacional é exatamente o instrumento que visa introduzir racionalidade na prática educativa como condição para superar o espontaneísmo e as improvisações, que são o oposto da educação sistematizada e de sua organização na forma de sistema.

O objetivo do plano é garantir uma educação de qualidade para todos, desde a infância e ao longo da vida, de forma concreta é planejada, com objetivos a serem alcançadas para garantir uma melhor educação.

2.2 Plano Nacional de Educação

A ideia de um Plano Nacional para a Educação surgiu desde 1931, com debates realizados pelo CNE, mas essa ideia começou a se intensificar pelo movimento dos Pioneiros da Educação Nova, junto à Associação Brasileira de Educação, que em 1932 publicaram um manifesto defendendo a adoção de um plano geral de educação, buscando tornar a escola acessível. A CF de 1934 designa então a União o dever de “[...] fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar a sua execução em todo território nacional” (art. 150, “a”, 1934). O CNE deveria elaborar o PNE para aprovação do Poder Legislativo (art. 152, a), fato que aconteceu apenas em 1937, mas que não chegou a ser avaliado pela Câmara dos Deputados devido ao golpe de Estado. Nas duas constituições que se seguiram (1937 e 1946) não previram o PNE, mas a Lei nº 4.024/1961, antiga LDB, encarregava o Conselho Federal de Educação de elaborá-lo.

O primeiro PNE surgiu em 1962, acatado pelo Conselho Federal de Educação. Não surgiu como forma de lei, mas como uma iniciativa do Ministério da Educação e Cultura com duração de oito anos, referindo-se apenas a um sistema distributivo de recursos e não mais a um planejamento integral, como explica Saviani “[...] a idéia de Plano de Educação na nossa primeira LDB ficou reduzida a instrumento de distribuição de recursos para os diferentes níveis de ensino (1999, p. 127)”.

Em 1988 a CF decreta que o PNE seja estabelecido em forma de Lei, como previsto no art. 214. O que ocorreu apenas em 1996, na LDB 9.394/96, onde em seu art. 9º diz que os estados e municípios e o Distrito Federal deveriam elaborar o PNE em prazo de um ano e encaminhar ao Congresso Nacional para ser aprovado, contendo as diretrizes e metas para os próximos dez anos que se seguiriam, em concordância com a Declaração Mundial sobre Educação pra Todos art. 87. O PNE

apenas entrou em vigor em janeiro de 2001, na Lei nº10.127/2001¹, após muitos debates entre governo e sociedade civil, e sua duração ocorreu nos anos de 2001 a 2010.

Estabeleceu 295 metas organizadas em eixos como a universalização do ensino fundamental e sua extensão para um período de 9 anos; educação de jovens e adultos (EJA); redução das taxas de repetência e abandono escolar; educação infantil; implementação de piso salarial e planos de carreira aos trabalhadores da educação etc. (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2017)

O segundo PNE veio para dar continuidade aos esforços alcançados pelo plano anterior e iniciou seus debates em 2010, mas sua aprovação só foi promulgada em junho de 2014, com metas mais objetivas e reduzidas, em comparação ao PNE 2001. A proposta do PNE 2014-2024 é de fortalecer o Sistema Nacional de Educação, através de suas metas voltadas principalmente para a ampliação da oferta do acesso a escola, a melhoria do desempenho dos estudantes, a erradicação do analfabetismo, a valorização dos profissionais da educação, a diversidade e o financiamento da educação. As 20 metas do PNE abrangem as seguintes áreas, como mostra na Figura 1:

Figura 1

AS METAS PARA O PNE 2014-2024

1 Educação Infantil	2 Ensino Fundamental	3 Ensino Médio	4 Educação Especial/Inclusiva
5 Alfabetização	6 Educação integral	7 Aprendizado adequado na idade certa	8 Escolaridade média
9 Alfabetização e alfabetismo funcional de jovens e adultos	10 EJA integrada à Educação Profissional	11 Educação Profissional	12 Educação Superior
13 Titulação de professores da Educação Superior	14 Pós-graduação	15 Formação de professores	16 Formação continuada e pós-graduação de professores
17 Valorização do professor	18 Plano de carreira docente	19 Gestão democrática	20 Financiamento da Educação

Fonte: Observatório PNE

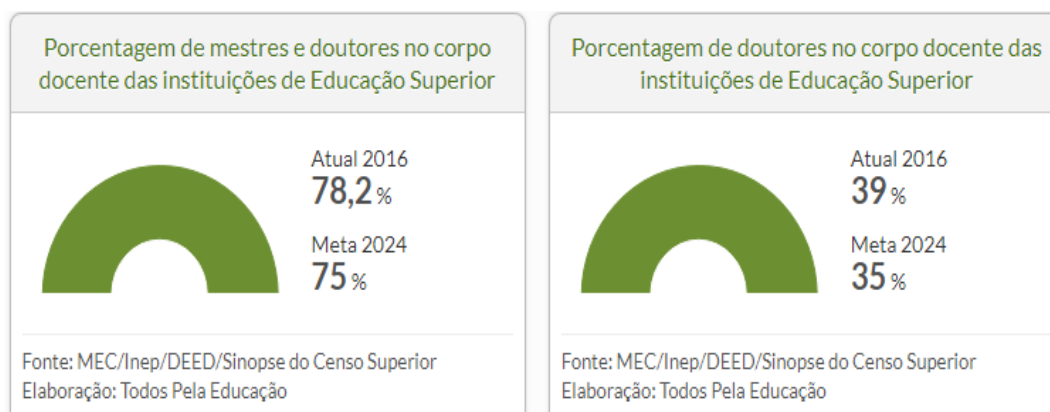
¹Considerado por muitos como o primeiro plano do Brasil assegurado por lei.

As metas do PNE 2014-2024 abrangem todos os níveis da educação básica e superior e seu financiamento. E para auxiliar no monitoramento do funcionamento do PNE, 27 organizações ligadas à educação com a coordenação do movimento Todos Pela Educação, desenvolveram um site para gestores, professores e a população acompanhar o funcionamento do plano. O *sítio* (www.opne.org.br) trás indicadores de monitoramento das metas e estratégias do plano e a sua atualização é constante. A cada dois anos também o PNE publica a situação do andamento do plano a nível nacional, estadual e municipal.

Pensar que o Brasil irá cumprir todas as metas até 2024 é ser ambicioso, devido a inúmeros problemas que o Brasil vem vivendo, principalmente após a publicação do plano, com a crise política e econômica e a falta de investimento no setor da educação. Mas o plano apresenta quais os problemas que o Brasil deve enfrentar para diminuir o atraso educacional. Entretanto, após a publicação dos resultados bienais do PNE, percebe-se que o plano segue sendo uma lista de tarefas, havendo pouca priorização ou integração por parte dos governos, gestores e sociedade. Até o momento, quatro anos após o início do plano, das 20 metas estabelecidas, só uma conseguiu ser alcançada, como mostra a Figura 2.

Figura 2

Meta 13 referente à Titulação de Professores da Educação Superior ²



Fonte: Observatório PNE

² O objetivo da meta é elevar a qualidade da Educação Superior pela ampliação da proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de Educação Superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% doutores.

E outras metas que tinham prazo de validade até 2017 não foram cumpridas ou estão em andamento. Mas como foco do trabalho não é avaliar como está o desenvolvimento do PNE ao todo, não irei avaliar seu andamento.

Buscando a melhoria da educação ofertada para jovens e adultos, o PNE 2014 objetiva 3 metas para a modalidade da EJA. A Meta 8 aborda a elevação do número de anos de escolaridade da população

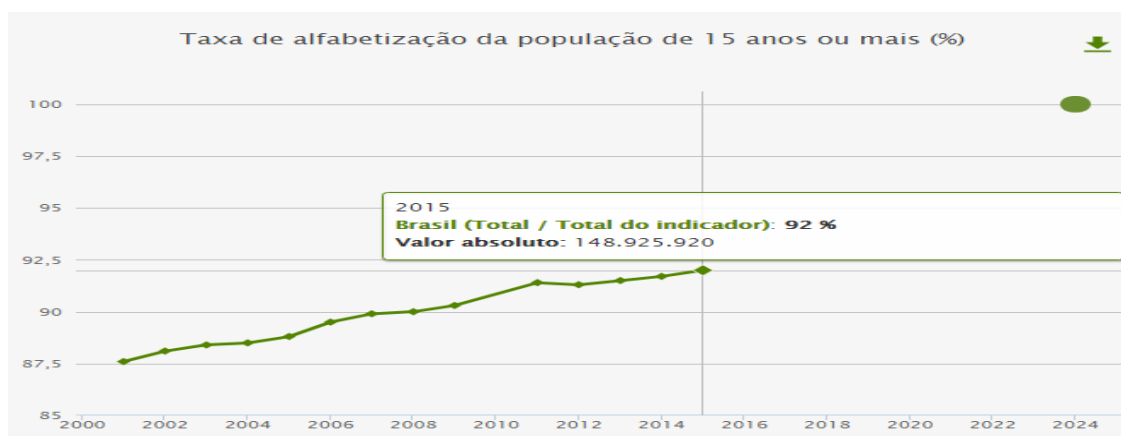
Meta 8 - Elevar a escolaridade média da população de 18 a 24 anos de modo a alcançar o mínimo de 12 anos de estudo para as populações do campo, da região de menor escolaridade no país e dos 25% mais pobres, bem como igualar a escolaridade média entre negros e não negros, com vistas à redução da desigualdade educacional (PNE, 2014)

Uma das estratégias desta meta (Estratégia 8.2) diz respeito objetivamente a EJA no intuito de promover programas de educação de jovens e adultos que estão fora da escola e com defasagem idade e série.

A Meta 9 aborda sobre o analfabetismo e analfabetismo funcional no segmento da EJA. E tem como proposta “Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional” (PNE, 2014).

A proposta da elevação da população com 15 anos ou mais serem alfabetizadas até 2015, chegou perto de ser atingida, como mostra o gráfico a seguir:

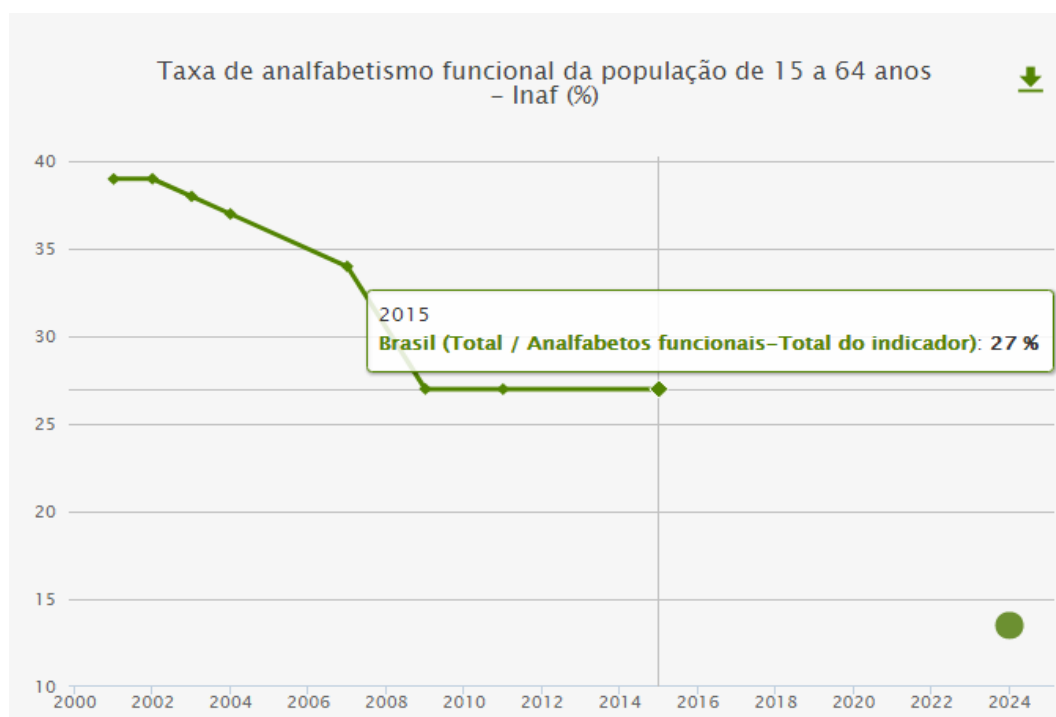
Gráfico 1



Fonte: Observatório PNE

Já o índice do analfabetismo funcional está longe de ser atingido, como mostra o gráfico abaixo:

Gráfico 2



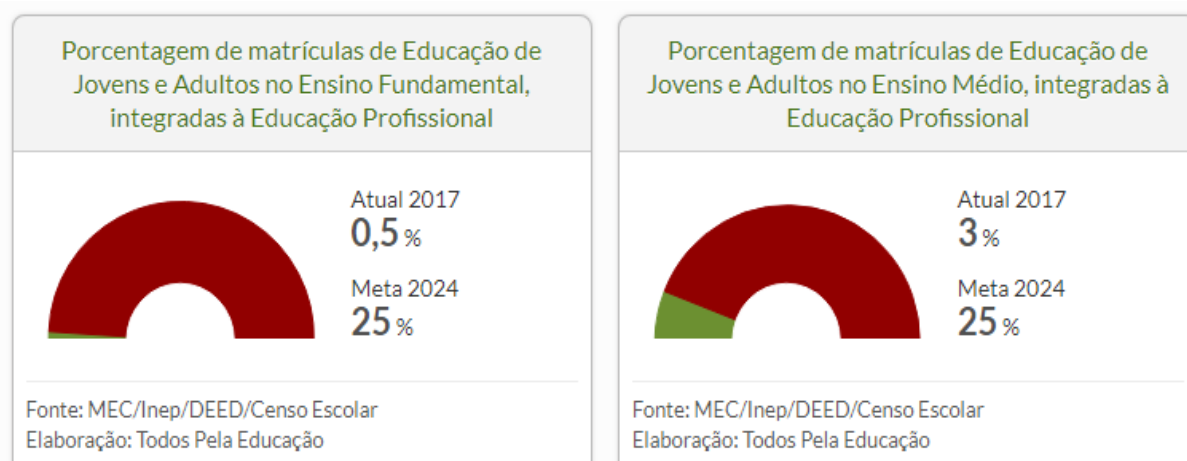
Fonte: Observatório PNE

Pode-se observar que desde 2008 a taxa de analfabetismo funcional permanece estagnada, sem redução significativa do número de pessoas que são analfabetas funcionais.

A última meta relacionada à EJA é a Meta 10, que diz respeito à EJA integrada à Educação Profissional. A Meta 10 tem como proposta “oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, no ensino fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional” (PNE, 2014). Mas, devido à falta de investimento para essa educação integral e a diminuição de matrículas nesse setor, o número de pessoas matriculadas na EJA integradas ao ensino profissionalizante é baixíssimo, como mostra a Figura 1:

Figura 3

PORCENTAGEM DE MATRÍCULAS NA EJA INTEGRADAS À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO



Fonte: Observatório PNE

Segundo o Observatório PNE, que é responsável por divulgar o monitoramento do PNE vigente, na EJA, integrada à Educação Profissional, o Nordeste teve os melhores resultados de número de matrículas tanto no Ensino Fundamental como no Ensino Médio, mas ainda sim, todas as regiões do país estão muito abaixo do nível indicado.

Para auxiliar o governo, a garantia da melhora na educação, em harmonia ao PNE, estados e municípios devem planejar e implementar políticas educacionais para todos os níveis, etapas e modalidades de ensino para serem aplicadas como metas baseadas no plano vigente, como diz a Lei nº 13.005/2014, em seu art. 8º

Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste PNE, no prazo de um ano contando da publicação desta Lei. (PNE, 2014)

Todos os estados elaboraram seus respectivos planos de acordo com suas especificidades locais, mas o foco deste trabalho é o plano da Paraíba e em específico de João Pessoa, sua capital.

2.2.1 Plano Estadual de Educação da Paraíba

O estado da Paraíba começou os debates a cerca da criação do seu plano assim que o PNE em forma de lei entrou em vigor. Em 2001, o Conselho Estadual de Educação – CEE começou as discussões a cerca da elaboração do Plano Estadual de Educação (PEE). O PEE/PB entrou em vigor em 2003, mas em 2005 foi revisado e modificado. Já o segundo PEE/PB, decretado na Lei nº 10.488, tem duração de 2015 a 2025. Foi elaborado pelo CEE, com a colaboração de representantes sindicais, escolas, universidades, instituições de ensino públicas e privadas, movimentos sociais e conselhos, e baseia-se no PNE vigente, mas com algumas adequações baseada na realidade do estado. O PEE/PB contém 28 metas abrangendo todos os níveis e modalidades de ensino, além de metas para o financiamento e acompanhamento do plano. O acompanhamento do andamento do plano também é previsto em lei, e o acesso a essas informações deveriam está em publicadas no site do Observatório do PNE, o que infelizmente não contem muitas informações e dados sobre a situação atual do PEE/PB.

2.2.2 Plano Municipal de Educação João Pessoa/PB

No âmbito municipal, desde 2002, o município de João Pessoa elabora seu plano, com a aprovação da Lei municipal nº 9.864. Em cumprimento da Lei nº 13.005/2014 art.8 citada acima, o Plano Municipal de Educação de João Pessoa/PB (PME) foi publicado e entrou em vigor em junho de 2015, na forma de lei nº 13.035, e tem prazo de vigência até o ano de 2025, com 22 metas e estratégias para todos os níveis e modalidades de ensino. Foi elaborado a partir de processo democrático, com a participação da sociedade civil, sindicatos, instituição de ensino e pelo Conselho Municipal de Educação, e deve-se basear em leis federais e municipais, como prevê Genuíno Bordignon (2009, p. 100), ao explicar a maneira que deve ser elaborado os planos municipais

[...] a elaboração do PME deve ter presentes, entre outros próprios de cada município, os seguintes referenciais: Plano Nacional de educação (PNE)

(Lei nº 13.005/2014); Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) (Lei nº 6.094); Plano Estadual de Educação; Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) (Lei nº 11.494); Diretrizes Curriculares Nacionais; Regime de colaboração entre os sistemas de ensino dos entes federados; Lei orgânica e demais leis municipais pertinentes ao plano; Missão própria do município; Concepção de educação do município e Análise da situação da educação no município.

Em específico na modalidade da EJA foram elaboradas as metas e estratégias 7, 8 e 18 do plano vigente, relacionadas às metas 8, 9 e 10 do PNE, as quais dizem respeito sobre a elevação da escolaridade média da população de 18 a 29 anos, diminuição do índice de analfabetismo e oferta de educação integrada à formação profissional. O acompanhamento do PME/JP deve ser realizado pelo Fórum Municipal de Educação, por meio de membros e comissões instituídas.

2.3 Educação de Jovens e Adultos: avanços e desafios no PNE

Como dito anteriormente, a educação básica é composta por níveis e modalidades de ensino, e uma das modalidades é a EJA. A EJA abrange desde o ensino fundamental ao ensino médio e é ofertada de forma gratuita e obrigatória, a jovens, adultos e idosos que não concluíram seus estudos na idade, dita, apropriada. A oferta da EJA é garantida por lei ³ e é considerada como “instância em que o Brasil procura saldar uma dívida social que tem para com o cidadão que não estudou na idade própria” (MEC, 2013).

2.3.1 História da EJA no Brasil

Apesar de existir a educação para adultos desde o período colonial, com os jesuítas, as conquistas da EJA ainda são bem recentes no Brasil. No período Colônia, a educação para adultos era feita com caráter religioso e não de caráter apenas educacional. Mas na primeira Constituição brasileira, em 1824, no período

³Art. 208. Constituição Federal de 1988 (...) I – Educação Básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;

Art. 37. LDB 9394/96 - A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida.

Imperial, previa a garantia da instrução primária e gratuita a todos os cidadãos, e isso abrangia a educação para adultos, o que não aconteceu, pois pouco se investia na educação para adultos, o foco principal era a instrução para as crianças, ou seja, não passou de uma intenção legal (HADDAD e DI PIERRO, 2000), apesar de que, nesse período, uma pequena parcela da população tinha acesso à educação, ou seja, apenas a elite, mulheres, negros e indígenas eram excluídos dessa educação. Fato esse que aconteceu também no período da Velha República, onde foram feitas as primeiras reformas para a educação no país, mas que não especificou a educação para adultos, esses que compunham a maioria da população, pois grande parte da população era analfabeta, segundo o censo feito em 1920, cerca de 72% da população era analfabeta.

A educação para jovens e adultos começou a ser vista como um problema de política nacional apenas no período de Vargas. A nova Constituição de 1934 previa a elaboração de um PNE e este estabelecia a extensão da educação gratuita e obrigatória para jovens e adultos, sendo a primeira vez que a EJA obtinha uma atenção especial. Mas o PNE não chegou a ser validado devido a um golpe de Estado.

Então só no final dos anos 1940 que começaram a ser implementadas as primeiras políticas públicas na educação para jovens e adultos, disseminada pelas campanhas de alfabetização no Brasil. Além das campanhas de alfabetização, também foram criados os primeiros órgãos e serviços a respeito da educação de adultos, como o Serviço de Educação de Adultos, como serviço especial do Departamento Nacional de Educação do Ministério de Educação e Saúde, em 1947, e a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, em 1950, ambas deram suporte para a criação de infraestrutura e desenvolvimento da educação de adultos e supletivos.

Mas foi na década de 1960 que foram desenvolvidas e debatidas a importância da EJA. Esta começou a ser elaborada como uma modalidade e não apenas um plano emergencial, e que precisava criar métodos de ensino específicos para ela, já que a educação de adultos era feita de forma infantilizada, pois se utilizava materiais para a educação de crianças. Mas, todos os progressos que a EJA vinha alcançando no início da década de 1960, foi interrompida pelo Regime Militar, e programas de alfabetização foram extintos pelo Brasil e surgiu o MOBRL, como explica Di Pierro (2005, p. 1117)

No início da década de 1960, movimentos de educação e cultura popular ligados a organizações sociais, à Igreja Católica e a governos desenvolveram experiências de alfabetização de adultos orientadas a conscientizar os participantes de seus direitos, analisar criticamente a realidade e nela intervir para transformar as estruturas sociais injustas. Diretriz totalmente contrária teve o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) da década de 1970, conduzido pelo regime militar no sentido de sua legitimação.

No Regime Militar houve a reforma do ensino de 1º e 2º graus e a regulamentação do ensino supletivo nas redes de ensino pela lei 5.692 de 1971, que conferia a suplência o dever de repor a escolaridade não realizada na infância e adolescência, que eram consideradas à faixa etária apropriada para aprendizagem. Mas o ensino supletivo não englobou as contribuições feitas pelos Movimentos de Educação e Cultura popular disseminadas por Paulo Freire.

A oferta da educação gratuita e a garantia para todas as faixas etárias aconteceram na Constituição de 1988, e em 1996 a LDB 9.394/96 decreta o ensino da EJA como modalidade, onde estados e municípios ficariam responsáveis pela sua efetivação. O problema da EJA então ficou mais grave com a falta de financiamento pelo governo. Em 1996, o então Presidente da República, vetou o contagem das matrículas no ensino fundamental de jovens e adultos nos cálculos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental da Valorização do Magistério (FUNDEF), fazendo com que estados e municípios fossem desestimulados a ampliar a oferta dessa modalidade de ensino (DI PIERRO, 2005). Até 2002, o governo conferiu a EJA um lugar à margem da educação, fechando canais de comunicação entre sociedade civil e governo e deixando a responsabilidade da alfabetização de jovens e adultos para filantropias. Quadro que mudou em 2003, com a mudança de discurso alegando que a Educação de Jovens e Adultos seria uma política de caráter de prioridade por parte do governo, através de iniciativas como o Fome Zero. Só em 2007, com a criação do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), substituindo assim o antigo FUNDEF, a EJA passou a receber financiamento do Governo Federal, pela lei nº 11.494/2007.

Mas há também discussões sobre a EJA tanto no âmbito nacional como em âmbito internacional. Desde 1946, a UNESCO realiza a Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEAs). As CONFINTEAs têm objetivo de direcionar

políticas públicas para EJA. São conferências que acontecem em cada dez anos, e ao todo já foram organizadas e realizadas seis CONFINTEAs. A última sendo realizada no Brasil, em 2009, no Pará, que teve um dos propósitos de reavaliar os principais pontos da CONFINTEA V e resultou na elaboração do Marco de Ação de Belém. No Brasil há programas voltados para EJA, como o Programa Brasil Alfabetizado, uma iniciativa do Governo Federal, com objetivo de alfabetizar jovens a partir de 15 anos, de forma descentralizada e voluntariada, onde os coordenadores e professores não ganhavam salário, mas uma bolsa-auxílio, e tinha foco principal atender a região Nordeste, pois esta tem os maiores índices de analfabetismo. Outro programa direcionado a EJA é o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), voltados para jovens de 18 a 29 anos que saibam ler e escrever, mas que não tenham concluído o ensino fundamental, promovendo a elevação da escolarização e dando qualidade profissional, por meio de curso ofertado no programa.

Outro fator marcante na EJA nas últimas décadas é sua juvenilização, devido a fatores como fracasso escolar na infância, e que, conseqüentemente, diminui o acesso destes jovens ao mercado de trabalho, pois cada vez mais se exige níveis de escolaridade e certificação escolar. Ao próprio sistema educativo, que tem altos índices de defasagem de idade/ano, e a redução da idade mínima ⁴ para ingresso na modalidade (a partir de 15 anos para o ensino fundamental e a partir de 18 anos para o ensino médio).

2.3.2 A EJA no PME/JP

A história da EJA é marcada por lutas para sua legitimação, desenvolvimento de políticas públicas e financiamento, e não apenas ser vista como um plano de caráter emergencial, como vista na maioria dos governos e regimes enfrentados no país. Desta forma,

A história da educação brasileira nos últimos 50 anos permite que se reconheça a existência de um movimento de educação de adultos, que

⁴ Resolução CNE/2010

assumiu diferentes configurações em cada período, mas em todos eles manteve relações de cooperação e conflito com os governos. Desde os anos de 1960, sua influência e participação na execução de políticas públicas foram mais intensas nos períodos de vigência do regime democrático e junto a governos de orientação progressista. (DI PIERRO, 2005, p. 1130)

E como previsto em lei, a União, Estados e municípios devem planejar metas e estratégias para essa modalidade nos seus respectivos planos, numa forma de reafirmar a importância da EJA na estruturação do sistema de educação. O PNE designa as metas 8, 9 e 10, como dito anteriormente. Já o PEE/PB 2015-2025, para a modalidade da EJA, propõe as metas 7, 8, 9 e 10 do seu plano. Essas metas dizem respeito à universalização para a população com deficiência, altas habilidades/superdotação, transtorno do espectro autista, o acesso à educação básica e o atendimento educacional especializado inclusive na modalidade da EJA (Estratégia 1.7 da Meta 7); elevação da escolaridade média da população de 18 a 29 anos (Meta 8); elevação da taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 85,5% até 2017 (Meta 9) ; e a Meta 10, que retrata a oferta de, no mínimo 25% das matrículas da EJA integrada a Educação Profissional.

O PME/PB 2015-2025 também trás metas e estratégias para a modalidade da EJA, de acordo com a realidade do município. As metas 7, 8 e 18 são as que abrangem essa modalidade.

A Meta 7 diz respeito à elevação da taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais e erradicar o analfabetismo absoluto. Nesta meta o PME/PB trás 14 estratégias para serem desenvolvidas a fim de alcançar a meta em questão. Já a Meta 8 objetiva o oferecimento, de no mínimo 25%, das matrículas da EJA integrada ao ensino profissionalizante. Esta meta é composta por 7 estratégias a serem executadas para cumprir a meta estabelecida. A Meta 18 determina elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos e igualar a escolaridade média da população negra e não negra.

Como o setor da educação precisa de grande investimento para se manter e alcançar as metas propostas, em 2016, foi aprovada no Congresso Nacional a EC nº 95/2016, que tem como propósito congelar investimento financeiro em vários setores do governo, incluindo a educação, lei essa acaba tendo impacto significativo no setor da educação, e consequentemente se torna um obstáculo para que sejam alcançadas as metas do PNE. Sendo que os setores que sofrerão mais impacto com

a EC nº 95/2016, são os setores da educação e saúde. A EC nº 95/2016 entrou em vigor em 2017, mas para os setores da educação e saúde o início da vigência da EC nº 95/2016 foi em 2018, prazo esse dado para que os setores conseguissem se enquadrar na nova Emenda.

O limite de gasto com a educação irá ser de acordo com o teto de gasto, e não poderá ser maior que a inflação. Caso o setor passe o limite de gasto, no ano seguinte será impedido de dar aumento salarial, contratar pessoas, ou seja, realizar concurso, e criar novas despesas. Segundo cálculo feito pela Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, o setor da educação pode ter perda de R\$ 25,5 bilhões por ano (sem levar em consideração a inflação do período). A EC nº 95/2016 não reduz os gastos da educação, mas impossibilita maior investimento na área, e com isso a área da educação acabará sofrendo prejuízo significativo, pois não conseguirá ter uma melhora na qualidade por falta de recursos.

Ajustes financeiros como este feito pelo Governo, que acaba afetando a educação, nos mostra como o pensamento de Paulo Freire, de que a educação é um ato político (1998) é uma ideia válida, pois a política interfere e influencia na educação, mas este conceito de Paulo Freire é muito mais amplo. Quando um governo não tem a educação como prioridade, o setor acaba recebendo menos recursos financeiros e políticas que asseguram o direito e melhora da educação acabam não sendo criadas. Políticas sem planejamento por parte do governo, também resultam numa educação de má qualidade, por exemplo, em 2017, ocorreu a Reforma do Ensino Médio, a qual torna o currículo e conteúdos mais flexíveis e dá preferência ao ensino técnico. Porém em 2018, com os resultados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) de 2017, o atual ministro da Educação, Rossieli Soares, declarou que o ensino médio estava “falido”, e poderia chegar ao “fundo do poço” e que os conteúdos não agregam conhecimentos aos alunos. Ou seja, um ano depois do início na nova política da Reforma do Ensino Médio, os alunos já começam a apresentar o resultado da má qualidade da política. A EC nº 95/2016 também é outra política que interfere na educação, pois sem recursos financeiros é quase impossível se alcançar as metas do PNE. E isso nos mostra como política e educação estão entrelaçadas. Pois para se ter uma educação de qualidade é preciso que se tenha políticas públicas voltadas a garantia dessa educação.

3. PERCURSO METODOLÓGICO E CENÁRIO DE PESQUISA

Nesse capítulo, apresentarei a abordagem da pesquisa. Em seguida, apresentarei o cenário do campo de pesquisa, trazendo a descrição do município de João Pessoa.

3.1 Percurso Metodológico

O presente trabalho teve como primeiro momento a pesquisa bibliográfica e documental sobre a temática dos planos educacionais. A pesquisa bibliográfica é utilizada no primeiro momento, pois “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2008, p. 50), com o propósito de conhecer a sistemática da educação no Brasil, com base nos teóricos sobre o assunto. Para tanto, houve uma pesquisa bibliográfica de artigos científicos na plataforma do Google Acadêmico, utilizando os termos: PNE; PME; Sistema Educacional; e EJA, sendo selecionados artigos e livros que abordam a temática. Como também foram utilizados documentos oficiais e reportagens, a pesquisa é de caráter documental, pois como afirma Gil (2008, p. 51)

O desenvolvimento da pesquisa documental segue os mesmos passos da pesquisa bibliográfica. Apenas há que se considerar que o primeiro passo consiste na exploração das fontes documentais, que são em grande número. Existem, de um lado, os documentos de primeira mão, que não receberam qualquer tratamento analítico, tais como: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações etc

Em seguida a pesquisa bibliográfica, segui o roteiro da pesquisa de natureza qualitativa. A pesquisa qualitativa tem como vantagens deixar que o pesquisador avalie livremente sobre o tema que está sendo abordado, possibilitando se expressar livremente, “A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.” (Gerhardt e Souza, 2009, p. 31). De acordo com o tipo de pesquisa escolhida, entendi que o melhor instrumento para a coleta de dados seria o questionário estruturado, no questionário estruturado “segue-se um roteiro previamente estabelecido, as perguntas são predeterminadas. O objetivo é obter diferentes respostas à mesma pergunta, possibilitando que sejam

comparadas” (Gerhardt e Souza, 2009, p. 72). Após análise do PME-JP 2015-2025 para a EJA, busquei elaborar de maneira clara e objetiva as perguntas que iriam compor o questionário, procurando formular as questões de acordo as metas e estratégias para a EJA. O intuito era realizar o questionário com o coordenador da EJA do município de João Pessoa, a fim de obter as respostas para os questionamentos feitos nos objetivos. Sendo que, o coordenador da EJA do município de João Pessoa, não respondeu ao questionário e sim, apresentou um quadro afirmando se as estratégias das metas estavam sendo alcançadas ou não, e devido o curto prazo para análise das respostas, não foi feita a investigação das causas dos possíveis problemas e desafios enfrentados pela Secretaria para a execução das metas e estratégias definidas no PME-JP. As questões que constituíram o questionário realizado com o coordenador da EJA do município de João Pessoa, que encontra-se no Apêndice, tinha a intencionalidade de fazê-lo refletir sobre as metas propostas no PME-JP para a EJA e justificar os possíveis desafios enfrentados pelo município para a realização da mesma. Porém, o coordenador da EJA pediu um prazo para analisar as perguntas e responde-la, justificando que como estava no cargo apenas a 3 meses, precisava de um tempo para responde-las. As perguntas foram respondidas em forma de quadro, descrevendo as metas e estratégias para a EJA descritas no plano, se estavam sendo alcançadas ou não e sua justificativa.

3.2 Cenário de pesquisa: João Pessoa: aspectos históricos, geográfico, econômico e educacional

Evolução Histórica

O território que hoje se encontra a cidade de João Pessoa, em 1534, era formalmente de Portugal, mas os franceses, que tinham grande interesse pelo território devido ao pau-brasil, madeira avermelhada extraída para Europa, dominavam a região.

Os colonos portugueses buscavam expandir o território da então Capitania de Itamaracá, do qual João Pessoa fazia parte, mas instigados pelos franceses, os índios da região, Caetés, Potiguaras e Tabajaras, impediam a exploração da região.

Os indígenas atacaram ferozmente inúmeras tropas portuguesas que vinham de outras capitanias. Até que em 1585, a agora então Capitania da Paraíba, o capitão João Tavares, fez um pacto com os indígenas da região.

Em 5 de agosto de 1585, João Tavares ergueu um forte de madeira, as margens do rio Sanhauá, configurando assim o nascimento da capital paraibana. A cidade foi criada por interesse da Coroa Portuguesa, que tinha como objetivo, proteger Pernambuco, por ser uma das poucas capitanias que deram certo.

João Pessoa já nasceu cidade, não obteve status de vila. Foi inicialmente chamada de Nossa Senhora das Neves, homenageando uma santa do dia, e posteriormente chamada de Filipéia de Nossa Senhora das Neves.

A cidade foi se desenvolvendo a partir das margens do rio Sanhauá, até os arredores do atual centro da cidade. As principais atividades econômicas na época eram ligadas à agricultura, principalmente a cana-de-açúcar.

Em meados de 1634, sob domínio holandês, a Filipéia de Nossa Senhora das Neves ainda era pouco habitada, tinha por volta de 1.500 habitantes. Em 1654, homenagem ao Príncipe Frederico Henrique, a cidade passa a ser chamada de Parahyba, pois significa rio de águas rasas. A cidade foi aumentando o número de habitantes devido ao surgimento de conventos e igrejas, com o desenvolvimento do comércio.

Até a década de 1910, a Parahyba não tinha desenvolvido a cidade até o litoral, o que aconteceu só após o saneamento da Bacia da Lagoa, que ocasionou o crescimento da cidade nos sentidos Leste e Sul.

Em 1930, a capital do estado foi batizada por João Pessoa, em homenagem ao governador do estado morto no mesmo ano, na cidade de Recife, durante uma campanha política.

A cidade de João Pessoa, até os dias atuais vem se desenvolvendo em sua urbanização, principalmente devido ao crescimento da urbanização na parte litorânea.

Aspecto Geográfico, Culturais e Econômicos

O crescimento da cidade teve influencia direta no turismo e do lazer. A área litorânea da cidade atrai inúmeros comércios para o desenvolvimento turístico, como restaurantes e hotéis. A cidade possui centros culturais como exemplo o Centro

Histórico, Estação Cabo Branco, Farol do Cabo Branco, o qual é o ponto mais oriental das Américas, Teatro Santa Rosa, além da preservação da natureza da cidade, considerada uma das mais verdes do mundo, com o Jardim Botânico e o Parque Arruda Câmara, e as praias.

O setor terciário corresponde à maior parte da fonte de renda da população, seguido pelo setor secundário. E João Pessoa possui o maior parque industrial do estado, com maior concentração de fabricas no Distrito Industrial, situado nas margens da BR 101.

População

Segundo dados do Pnad de 2017, divulgado pelo IBGE, a população de João Pessoa é de 811 mil habitantes, sendo que maior parte são de mulheres, correspondendo a 445 mil, e do sexo masculino, correspondendo 366 mil habitantes. Deste total, 432 mil se consideram pardos, 309 se consideram brancos e 66 mil se consideram negros.

Escolas

O município de João Pessoa tem 143 escolas municipais, 159 escolas estaduais, 207 escolas privadas e 3 instituições educacionais federais. Sendo que 58 destas escolas municipais atendem a modalidade da EJA.

4. PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO JP 2015-2025: METAS E ESTRATÉGIAS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Neste capítulo apresentarei a análise do resultado coletado via questionário realizado com o coordenador da EJA do município de João Pessoa. O questionário realizado com o coordenador tinha intenção de nos ajudar a refletir sobre como estão sendo desenvolvidas as metas e estratégias do plano, porém as respostas entregues foram um quadro contendo as metas e estratégias, declarando se tinham sido alcançadas ou não e a justificativa. Sendo assim, apresentarei o quadro contendo as metas de forma isoladas umas das outras para melhor analisar os resultados obtidos e fazer uma reflexão sobre os mesmos.

Baseado no texto do PNE, o município de João Pessoa propõe 3 metas direcionadas para o setor da EJA, sendo elas 7, 8 e 18. Tais metas propostas no PME-JP dizem respeito à elevação da taxa de alfabetização, a educação da EJA integrada ao ensino profissionalizante e a elevação da escolaridade média entre pessoas de 18 a 29 anos.

Para melhor compreensão das análises das respostas, retratarei as metas separadamente, averiguando se as estratégias foram alcançadas ou não e refletindo sobre as mesmas.

4.1 – Ações do PME desenvolvidas ou não pela EJA no período de 2015 a 2018

Meta 7: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais de idade para 96% até 2020 e, até o final da vigência desde Plano, erradicar o analfabetismo absoluto⁵ e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional⁶.

Meta	Descrição da Estratégia	Alcançou a estratégia: Sim / Não	Justificativa
7.1	Assegurar a oferta gratuita da educação para todos os jovens, adultos e idosos que não tiveram acesso à educação básica na idade própria.	Sim	Atualmente a Secretaria de Educação e Cultura atende a EJA em 62 Unidades Escolares e em outros espaços de escolarização. Sendo assim, asseguramos a

⁵ Analfabetismo absoluto designa a condição daqueles que não sabem ler e escrever.

⁶ Analfabetismo funcional designa a condição de não compreender textos simples e curtos, onde se consegue decodificar as letras, mas no ato de ler, não conseguem compreendê-las.

			oferta dessa Modalidade em diversos lugares, inclusive por meio do Programa Brasil Alfabetizado.
7.2	Articular parcerias com instituições e não governamentais para a realização de censitário municipal, no sentido de identificar a demanda de EJA, sendo realizado a cada 2 anos, para ampliação da escolarização para o público acima de 15 anos.	Não	
7.3	Ampliar oferta de turmas da EJA em outros espaços, conforme a demanda, em parcerias com instituições governamentais e não governamentais, assegurando a permanência com qualidade.	Sim	No corrente ano, a coordenação da EJA ampliou a oferta da EJA, por meio da modalidade de EJA e do Programa Brasil Alfabetizado – em associações, espaços religiosos, PSF's, assentamento, instituições de longa permanência, escolas públicas e privadas, dentre outras.
7.4	Realizar Conferência Municipal de EJA para avaliar as metas, estratégias e avanços no PME com periodicidade de 2 anos.	Não	
7.5	Reconhecer e incentivar as iniciativas exitosas na EJA.	Sim	A equipe de coordenação da EJA realiza seminários, eventos, jornais, meios televisivos e a novas tecnologias, a exemplo das redes sociais para a ampliação dessas ações, objetivando visibilidade à EJA e fomentar a qualidade do serviço ofertado.
7.6	Realizar parcerias com instituições de ensino superior pública para a formação inicial e continuada dos/as professores/as da EJA, atendendo às necessidades e especificidades dessa Modalidade de Ensino.	Não	
7.7	Ampliar a oferta da EJA para o turno diurno atendendo o público específico de estudantes que estão acima de 15 anos e impossibilitados de freqüentar o turno noturno.	Sim	A Modalidade de EJA foi ampliada para mais quatro escolas funcionando nos turnos manhã e tarde em escolas e outras instituições já citadas na Meta 7.3.
7.8	Assegurar Atendimento Educacional Especializado para estudantes jovens, adultos e idosos com deficiência.	Sim	Hoje nós temos o AEE em 31 unidades escolares que atendem a EJA. São aproximadamente 50 alunos/as sendo atendidos pela EJA.
7.9	Realizar parcerias com órgãos públicos da saúde e entidades não governamentais, assegurando políticas públicas aos estudantes da EJA, inclusive com atendimento oftalmológico e auditivo com garantia	Não	

	de distribuição gratuita de óculos e aparelhos auditivos, quando necessário.		
7.10	Estender às escolas públicas municipais a oferta de EJA com turmas da alfabetização à conclusão do ensino fundamental, garantindo a permanência com qualidade.	Sim	Das 97 escolas em funcionamento no município de João Pessoa – PB, 62 atendem a Modalidade de EJA, o que resulta um percentual de 72% de unidades escolares atendendo à EJA.
7.11	Garantir a oferta de alfabetização e a continuidade da escolarização para jovens, adultos e idosos, considerando as diversidades socioculturais, quilombolas, indígenas e étnico-raciais.	Sim	A oferta da EJA tem sido garantida por meio de encontros e formações junto aos professores/as e a equipe técnica pedagógica, endossando a elaboração e execução de projetos e ações que diminuam a evasão e potencializam a continuidade dos estudos desse público.
7.12	Assegurar matérias didáticos, bem como a utilização de metodologias e técnicas pedagógicas apropriadas às necessidades e especificidades da EJA.	Sim	A Coordenadoria da EJA assegura os materiais orientadores, fundamentadores e de apoio à Modalidade de EJA, distribuindo-os as escolas que atendem a EJA assim como capacita e estimula docentes e técnicos/as educacionais para participar em cursos voltados a melhoria da qualidade do atendimento e serviço prestado a esse público específico.
7.13	Articular as ações da EJA com as políticas sociais da área de saúde, de assistência social, da cultura, do esporte e do lazer, fortalecendo o atendimento em rede.	Sim	A Coordenadoria da EJA realiza parcerias com PSF's, que auxiliam no processo educacional do alunado com temáticas diversificadas, assim como no campo das artes, oportunizando o acesso dos alunos e alunas da EJA às diversas artes, como: teatro, circo, música clássica, dentre outros.
7.14	Promover, em parcerias com as áreas de saúde e assistência social, a busca ativa, o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola, específicos para os seguimentos populacionais da EJA, bem como identificar os motivos de absenteísmo escolar, de abandono e de evasão.	Não	

Diante do exposto, pelo coordenador, dentre as metas estabelecidas no PME-JP, a meta 7 é a que de fato está conseguindo ser alcançada, mesmo que todas as estratégias não tenham sido cumpridas. A meta 7, como dito anteriormente retrata sobre a elevação da taxa de alfabetização das pessoas com 15 anos ou mais, e as estratégias dessa meta direcionam meios para o município conseguir cumprir essa meta no período do plano.

Com a resposta da Coordenação da EJA, podemos perceber que a meta 7 está sendo alcançada quase em sua totalidade. Pois o município está ofertando unidades escolares para o ensino dessa modalidade, não só nas escolas, mas em diversos outros espaços, como na justificativa 7.1 e 7.3 da tabela. A Coordenação da EJA também afirmou que faz uso de iniciativas para a divulgação e visibilidade da EJA, para potencializar as ações dos serviços ofertados, visto na justificativa 7.5, e essa estratégia acaba provocando incentivo para as pessoas procurarem e se matricularem nesta modalidade de ensino.

Para a qualidade do atendimento da oferta da EJA, a coordenação do município oferece turmas em horários diurnos e também Atendimento Educacional Especializado (AEE), para o atendimento de pessoas com deficiência e aquelas que não podem estudar no turno noturno (estratégias 7.7 e 7.8). Tornando assim o ensino da EJA viável para todos aqueles que buscam concluir seus estudos, com uma educação acessível para todos.

A Coordenação da EJA fornece materiais didáticos específico e de apoio para a modalidade, além de capacitar e estimular os docentes a fazerem cursos voltados à qualificação para o exercício na EJA. Acarretando assim uma melhoria no serviço ofertado pelo município (estratégia 7.12). Porém, na estratégia 7.6 a coordenação alegou que não faz parcerias com instituições de Ensino Superior pública para a formação inicial e continuada dos docentes da EJA. No entanto, a Universidade Federal da Paraíba, oferece na matriz curricular do curso de Pedagogia a áreas de aprofundamento para o ensino na EJA. Esta formação dos futuros profissionais da EJA capacita-os para o ensino dessa modalidade de ensino, pois a EJA tem metodologias próprias, diferente da educação especial ou infantil, por exemplo. Sendo assim “é preciso [...] reverter à situação de despreparo e desvalorização profissional dos educadores que a ela se dedicam”. (DI PIERRO, 2010, p. 954).

Na estratégia 7.11 a coordenação da EJA afirma que faz elaboração e execução de projetos e ações que diminuam a evasão desse público. Entretanto na

estratégia 7.14 a coordenação também alega que não faz a identificação dos motivos de absenteísmo escolar, abandono e de evasão. E a falta desse monitoramento para identificar as causas dos possíveis motivos de abandono escolar, faz com que o município não tenha ciência do que pode ou não está prejudicando no ensino da EJA, e saber quais motivos para esse abandono, não podendo assim tomar iniciativas para reverter o quadro de evasão.

Meta 8: Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos níveis ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissionalizante.

Meta	Descrição da Estratégia	Alcançou a estratégia: Sim / Não	Justificativa
8.1	Assegurar a revisão da proposta curricular do primeiro e do segundo segmentos da EJA do município de João Pessoa.	Não	
8.2	Fomentar a integração da EJA com a qualificação profissional em cursos planejados, de acordo com as características do público dessa modalidade de ensino, inclusive na modalidade de Educação à Distância.	Não	
8.3	Fomentar a produção de material didático, o desenvolvimento de currículos e metodologias específicas, integrando a estas as Tecnologias das Informações e Comunicações – TIC's.	Não	
8.4	Garantir a formação continuada aos professores/as que atuam na EJA articulada à educação profissional no que tange às TIC's.	Não	
8.5	Garantir, em parcerias com Instituições públicas e/ou sem fins lucrativos, em até três anos, a oferta de qualificação profissional articulada à educação básica para jovens, adultos e idosos da rede Municipal, respeitando as especificidades de cada etapa de ensino.	Não	
8.6	Ampliar as oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio de acesso à educação de jovens e adultos articulada à qualificação profissional.	Não	
8.7	Expandir as matrículas de EJA, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador e da trabalhadora.	Não	

De maneira oposta a meta 7, percebe-se que a meta 8, que diz respeito a educação de jovens e adultos integrada ao ensino profissionalizante, não está sendo cumprida. Mesmo tendo estratégias que deveriam ser alcançadas com prazo limite de cumprimento neste ano de 2018, e que não ocorreu (estratégia 8.5).

Mais do que alfabetização e conclusão dos estudos, a EJA tem função de integrar seu público ao mercado de trabalho, possibilitando assim o mesmo não ficar a margem da sociedade ou excluído dela, mas tendo oportunidades que a educação oportuniza, qualificando estes sujeitos. A educação profissional tem objetivo de garantir aos cidadãos competências profissionais que o tornem aptos para a inserção no mercado de trabalho (MEC, 2013), esta educação é direito do cidadão decretado na lei 11.741 de 2008 da LBD, e o município tem obrigação, por lei, de ofertar a educação integrada ao ensino profissionalizante. Quando o aluno/a da EJA tem acesso a esses ensinamentos de forma integral, tem a oportunidade não apenas de sair da escola com um diploma, mas também com uma profissão. O que irá favorecer que esses sujeitos tenham mais oportunidades no mercado de trabalho. E quando as estratégias 8.2, 8.5, 8.6 e 8.7 não estão sendo cumpridas revela que os direitos dos cidadãos não estão sendo acatados.

A meta 8 também retrata a inclusão de alunos/as e educadores da EJA a inserção as Tecnologias das Informações e Comunicações (TIC's), previstas nas estratégias 8.3 e 8.4. Essas estratégias possibilitariam ao educando a oportunidade de se qualificar ainda mais, porque o mercado de trabalho exige conhecimento tecnológico independente da área de atuação. E quando o município não oferta a integração de conhecimentos tecnológicos ao ensino da EJA, também impossibilita uma melhor formação e qualificação dos sujeitos da EJA, e os deixa sem ter acesso aos seus direitos previstos na própria lei do PME-JP 2015-2025.

O PME-JP 2015-2025 determina na meta 18 sobre a elevação da escolaridade média da população entre 18 a 29 anos, de modo a alcançar, no mínimo 12 anos de escolarização, para isso propõe as estratégias 18.2, que trata sobre a implementação de programas para a EJA que garantam a continuidade da escolarização, mesmo depois da alfabetização; e a estratégia 18.9, que determina a promoção de busca ativa do público alvo da EJA para a inserção na política educacional, com ações de diferentes segmentos das minorias populacionais. Porém o Coordenador da EJA do município de João Pessoa não respondeu sobre a execução dessas estratégias, impossibilitando assim uma análise de sua execução.

4.2 – Refletindo sobre a importância do PME como garantia de direitos para a sociedade

O Plano Municipal de Educação visa à melhoria da educação para todos os segmentos e que esta educação contribua para a formação de cidadãos críticos frente aos desafios da contemporaneidade. Saviani (2010) nos afirma que os planos educacionais têm como objetivo que a educação saia do espontaneísmo e tenha um direcionamento, um objetivo, que seria a oferta de uma educação de qualidade para todos os segmentos da educação. E tanto o PNE, quanto os planos municipais foram criados com esses objetivos, de não mais deixar a educação a mercê da sorte, e sim elaborar caminhos que a educação deve seguir para todos terem uma educação de qualidade. Como afirma Bordignon (2009, p. 91)

“Quando o município não tem plano fica à mercê de ações episódicas que, mesmo planejadas caso a caso, representam improvisações. Sem plano municipal não há visão de Estado nas ações, não há caminho a percorrer, mas apenas passos ao sabor das circunstâncias de cada Governo”

Mas estes planos não podem ficar apenas como uma política pública simbólica, tão importante quanto à elaboração do plano, é sua execução e monitoramento. Quando o município de João Pessoa deixa de executar alguma meta ou estratégia do plano, não está deixando de fazer um favor aos sujeitos da EJA, mas sim deixando de garantir um direito que os sujeitos da EJA têm, pois o cumprimento de todas as metas e estratégias está previsto em lei no PME.

Apesar de que, para pleno funcionamento e monitoramento do PME, é preciso muito mais do que interesse por parte do município em executar o plano e tê-lo como prioridade, é preciso recursos financeiros e interesse em desenvolver o plano por parte do Governo, e com a validação da EC 59/2016, o cumprimento das metas do PNE, e consequentemente do PME, correm sérios riscos de não serem alcançadas, pois sem investimento financeiro não há como o Governo, estados e municípios investir em melhorias para a educação, ficando limitado a ofertar o “básico” que o setor pode ofertar, sem investir na ampliação e qualidade da educação. E como foi apresentado que a educação é um ato político, se as políticas

de governo não priorizarem o andamento da execução dos Planos Educacionais, seu cumprimento até 2025 não será alcançado.

Apesar da trajetória da educação de jovens e adultos ser longa na história da educação brasileira, é ainda muito recente a legitimação dos direitos dessa modalidade de ensino, como afirma Di Pierro

“A história da educação brasileira nos últimos 50 anos permite que se reconheça a existência de um movimento de educação de adultos, que assumiu diferentes configurações em cada período, mas em todos eles manteve relações de cooperação e conflito com os governos. Desde os anos de 1960, sua influência e participação na execução de políticas públicas foram mais intensas nos períodos de vigência do regime democrático e junto a governos de orientação progressista”. (2005, p. 1130)

A partir de governos de orientação progressista é que as políticas da educação de jovens e adultos ganharam força e legitimidade, mas que, dependendo do viés político do governo esses direitos podem correr risco ou até serem retirados.

Partindo do atual cenário político, a eleição para presidente do Brasil em 2018 mostra como diferentes orientações podem colocar em risco direitos já conquistados e mudar fundamentos educacionais. Exemplo disso, são os planos de governo do presidencial do PSL e PT. Onde o PSL, que faz parte de partido de extrema direita, propõe expurgar a ideologia de Paulo Freire, mudando a BNCC, impedindo a aprovação automática e a própria questão de disciplina dentro das escolas, além de obrigar educadores a ensinar ciências com um “desvio ideológico”, onde ciências e religião terão que ser ensinadas juntas, além de não mencionar o PNE como umas das propostas do seu plano. E tanto as ideologias de Paulo Freire, a barragem da aprovação da BNCC e a interferência em conteúdos científicos fazem com que a educação sofra um retrocesso, inviabilizando ainda mais o cumprimento do PNE.

Em contrapartida o presidencial com viés de esquerda progressista, PT, visa à concretização das metas do PNE, em articulação com os planos estaduais e municipais de educação; a Institucionalização do Sistema Nacional de Educação; a criação de novo padrão de financiamento da educação, visando progressivamente investir 10% do PIB em educação, conforme a meta 20 do PNE; a implementação do Custo-Aluno-Qualidade (QAQ) e institucionalização do novo FUNDEB, de caráter permanente. Ações essas que colocam a melhoria da qualidade da educação como prioridade, sendo o cumprimento do PNE a base para essas melhorias e reformulações.

Essa comparação das diferentes tendências políticas nos mostra como a política interfere de forma direta e significativa na educação, fazendo que a educação progrida ou tenha um retrocesso, podendo mudar ou não todo o cenário da educação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fazendo uma retrospectiva da trajetória dessa pesquisa, conclui-se que foi mantido o foco no objetivo que era o Plano Municipal de Educação de João Pessoa 2015-2025 para a modalidade da EJA e sua execução, identificando que as metas 7, 8 e 18 são direcionadas para a modalidade de ensino da EJA, e apresentando quais estratégias o município irá tomar para o cumprimento destas metas.

Na análise podemos perceber que a Secretaria de Educação de João Pessoa está conseguindo executar o plano, porém não em sua totalidade, prejudicando assim esta modalidade de educação. Para o não cumprimento do plano, leva-se em consideração não apenas a falta de iniciativas por parte do município para o cumprimento do plano, mas também o quadro político atual e a limitação de recursos financeiros para o setor da educação. Encadeando diversos fatores que acaba prejudicando a aplicação do plano.

As estratégias que conseguiram ser alcançadas no plano, até o momento, possibilitam para o segmento da EJA melhora significativa na oferta de matrículas para essa modalidade, além de possibilitar a inclusão dos diversos públicos de pessoas, quando é ofertado o acompanhamento do AEE para estudantes da EJA e escolas diurnas, para aqueles que não podem estudar no horário noturno. Com isso, provavelmente o PME alcançará a meta 7, em 2025 de elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais. Porém o município tem até 2025 para conseguir cumprir as metas do plano, então mesmo que o município ainda não tenha conseguido alcançar todas as metas, ainda tem prazo para poder concluí-las.

Mas como o município não está fazendo o monitoramento do plano, previsto para ser feito a cada dois anos, não tem como o município encontrar as causas para as metas não estarem sendo aplicadas e tão pouco buscar meios para a aplicação das demais estratégias. Deixando ao acaso o investimento no ensino profissionalizante e de investimento para a permanência dos sujeitos na EJA. Quando não há um monitoramento das políticas públicas ou do andamento do plano, evidencia-se que o município não está preocupado ou interessado no andamento ou cumprimento do plano, deixando assim de garantir direitos dos cidadãos impostos tanto na lei do PNE, quanto na lei do PME. A aplicação dessas metas não é um serviço voluntário que o município oferece aos sujeitos da EJA, mas sim, direitos

resguardados por lei, conquistados após anos de lutas para a legitimação da modalidade da EJA.

As metas propostas no PME para a EJA são viáveis de serem aplicadas, no que resultaria uma melhoria da qualidade da educação, não apenas no tocante ao ensino-aprendizagem, mas também, à qualificação profissional e crítica do educando, bem como no que se refere à formação do educador mais preparado para atuar no segmento da EJA e um ensino de melhor qualidade.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIA. **Campanha de Bolsonaro aplica seu próprio viés político à educação.** Disponível em <<http://www.abc.org.br/2018/10/16/campanha-de-bolsonaro-aplica-seu-proprio-vies-politico-a-educacao/>>. Acesso em 27 de out. 2018.

BORDIGNON, Genuíno. **Gestão da educação no município: sistema, conselho e plano.** São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

BRASIL. Constituição (1988). **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.** Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pela Emenda Constitucional nº 59/2009. 40.ed. com índice. Brasília: Centro de Documentação e Informação, 2009. Disponível em <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/823952/emenda-constitucional-59-09>> . Acesso em 09 mar. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica.** Brasília: MEC, 2013. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192> Acesso em 16 ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2024** [recurso eletrônico]: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. Disponível em <<http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>> Acesso em 9 de mar. 2018.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>>. Acesso em 16 ago. 2018.

CODES, Ana. *et al.* **Uma leitura do plano nacional de educação (pne) e uma proposta para seu monitoramento.** Brasília: Ipea, 2017. ((Texto para Discussão, n. 2285). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2285.pdf>. Acesso em 16 jun. 2018.

DI PIERRO, Maria Clara. **Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil.** Educação & Sociedade. Campinas, vol. 26, n. 92, p. 1115-1139, Especial – out. 2005. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/es/v26n92/v26n92a18>>. Acesso em 20 de ago. 2018.

DI PIERRO, Maria Clara. **A educação de jovens e adultos no plano nacional de educação: avaliação, desafios e perspectivas**. Educação & Sociedade. Campinas, vol. 31, n. 112, p. 939-959, jul.-set. 2010. Disponível em < <http://www.redalyc.org/html/873/87315815015/>> Acesso em 20 ago. 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GERHARD, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HADDAD, Sergio; DI PIERRO, Maria Clara. **Escolarização de jovens e adultos**. Revista Brasileira de Educação, n. 14, p. 108-130, 2000. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a07.pdf>> Acesso em 25 de jun. 2018.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) 2017**. Disponível em <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/18992-pnad-continua-2016-51-da-populacao-com-25-anos-ou-mais-do-brasil-possuiam- apenas-o-ensino-fundamental-completo>> Acesso em 25 jun. 2018.

JOÃO PESSOA (Município). Lei nº 13.035, 19 de junho de 2015. Dispõe sobre o plano municipal de educação 2015-2025 e dá outras providências. **Semanário Oficial do Município**, João Pessoa, 2015, p. 1-27.

MEC. **Base Nacional Comum Curricular**, c2018. Página inicial. Disponível em <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em 13 ago. 2018.

PARAÍBA (Estado). Lei nº 10.488, de 23 de junho de 2015. Dispõe sobre o plano estadual de Educação – PEE e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado da Paraíba**, João Pessoa, 2015, p. 1-40.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Plano de Governo 2019-2022**. Disponível em <<https://abrilveja.files.wordpress.com/2018/10/plano-de-governo-fernando-haddad.pdf>> . Acesso em 22 de out. 2018.

PARTIDO SOCIAL LIBERAL. **O caminho da prosperidade: proposta de plano de governo**. Disponível em <https://abrilveja.files.wordpress.com/2018/10/plano-de-governo-jair-bolsonaro.pdf>. Acesso em 22 de out. 2018.

SAVIANI, Demerval. **Sistema de ensino e planos de educação: O âmbito dos municípios**. Educação & Sociedade. Campinas, nº 69, p. 119-136, Dezembro de 1999. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/es/v20n69/a06v2069>>. Acesso em 19 de ago. 2018.

SAVIANI, Demerval. **Sistema nacional de educação articulado ao plano nacional de educação**. Revista Brasileira de Educação, vol. 15, nº 44, 2010. Disponível em <<http://www.redalyc.org/html/275/27518764013/>>. Acesso em 10 ago. 2018.

UNESCO, *et al.* **Observatório PNE**, c2018. Página inicial. Disponível em <<http://www.observatoriodopne.org.br/>>. Acesso em 13 ago. 2018.

APÊNDICE

APÊNDICE - A

Questionário para entrevista

- Como a Secretaria Municipal de Educação de João Pessoa está desenvolvendo ações para cumprir a meta 7 do PME, onde diz respeito a elevação da taxa de alfabetização para pessoas com 15 anos ou mais, já que João Pessoa tem 5,7% da população acima de 15 anos analfabetas?
- Quais desafios e dificuldades para o cumprimento da meta 7?
- A meta 8 do PME prevê que sejam ofertados no mínimo 25% das matrículas da EJA de forma integrada a educação profissionalizante, como e o quê o município está fazendo para alcançar essa meta, e quais as dificuldades e desafios para o cumprimento do mesmo?
- A meta 18 do PME prevê elevar a escolarização da população de 18 a 29 anos, e nessa meta, uma das estratégias é a implementação da EJA em segmentos populacionais, que estejam fora da escola e que tenham defasagem de idade-ano. O quê o município está fazendo para atender esse público? Quais as dificuldades e desafios para o cumprimento dessa meta e como é o acompanhamento e monitoramento das escolas de segmento populacional?
- O PME - João Pessoa prevê que o município ofereça turmas diurnas para EJA, atendimento especializado para pessoas com deficiência e parcerias com órgãos de saúde para distribuição gratuita de óculos e aparelhos auditivos, se necessário. O município está conseguindo ofertar esses serviços? E quais as dificuldades encontradas para assegurar esses direitos?
- Com a Emenda Constitucional 59/2016, que limita um teto de gastos para vários setores, inclusive a educação durante 20 anos, quais impactos na execução e garantia do cumprimento das metas e estratégias?

- Como a Secretaria Municipal de Educação de João Pessoa está realizando o monitoramento do andamento das metas e estratégias, já que foi previsto junto ao PME a organização de censitário municipal e conferência de EJA no período de dois anos, para averiguar realizar este monitoramento ?